

A LIBERDADE COMO GRATUIDADE DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA: APROXIMAÇÕES ENTRE SCHILLER E SARTRE.

Dálete O'Hana dos Santos Santana¹³

Resumo: O problema da relação sujeito/liberdade não se encerra e, ao tentar solucioná-lo, foram trilhados diversos caminhos. Dentre eles, há quem considere que a arte é chave para resolver as mazelas da sociedade provenientes deste conflito. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho procura ressaltar a importância da experiência estética na vida dos seres humanos, uma vez que é, em tal dimensão, que reside a possibilidade da liberdade, seja esta coletiva ou individual. Para tal, relacionou-se o pensamento de dois filósofos importantes na esfera estética, que, mesmo estando situados em um distinto campo espaço-temporal, tentam salvar o mundo por meio da arte, a saber, o alemão Friedrich Schiller (1759 – 1805) e o francês Jean-Paul Sartre (1905 – 1980). Por conseguinte, fez-se necessário investigar como ambos pensavam a experiência estética e qual percurso feito por cada um para defender a ideia de que arte é fruto de uma atividade criadora livre e que, por assim ser, possibilita a liberdade. A aproximação entre Schiller e Sartre é justamente a liberdade como gratuidade da arte, pois se, para Schiller, a bela arte faz com que o indivíduo passe da determinação à determinabilidade, e encontre-se livre; para Sartre, a arte não significante suscita a imaginação de tal modo que o exercício da liberdade se amplia fazendo com que o sujeito tenha consciência de sua liberdade. Em ambos, a arte liberta o homem das determinações do mundo real, o leva ao ilimitado e o faz criar novos mundos.

Palavras-chave: Schiller; Sartre; experiência estética; liberdade.

Abstract: The problem of the subject/freedom relationship is not an end and, in trying to solve it, several paths have been taken. Among them, there are those who consider that art is the key to solving the ills of society arising from this conflict. Based on this assumption, the present work seeks to emphasize the importance of the aesthetic experience in the life of human beings, since it is in this dimension that the possibility of freedom resides, whether collective or individual. To this end, the thought of two important philosophers in the aesthetic sphere was

¹³ Graduada em Artes Visuais – Licenciatura plena pela Universidade Federal de Sergipe/UFS. Atualmente é mestranda do Programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe – PPGF/UFS. Desenvolve pesquisa em Filosofia da Arte e Estética. Endereço do currículo: <http://lattes.cnpq.br/2488854097752360>. E-mail: dalete.ohana@hotmail.com.

related, who, even being situated in a different space-time field, try to save the world through art, namely, the German Friedrich Schiller (1759 - 1805) and the French Jean-Paul Sartre (1905 - 1980). Therefore, it was necessary to investigate how both thought of the aesthetic experience and which path each one took to defend the idea that art is the fruit of a free creative activity and that, as such, it enables freedom. The approximation between Schiller and Sartre is precisely the freedom as gratuity of art, because if, for Schiller, beautiful art makes the individual pass from determination to determinability, and find himself free; for Sartre, non-signifying art arouses the imagination in such a way that the exercise of freedom is expanded, making the subject aware of his freedom. In both, art frees man from the determinations of the real world, takes him to the unlimited and makes him create new worlds.

Keywords: Schiller; Sartre; Aesthetic experience; freedom.

Introdução

Sabe-se que o tema da liberdade é demasiadamente discutido. Também é perceptível que ela se diz de modos diversos e, em todos eles, ela está conciliada à esfera da condição humana, pois, se há um questionamento que sempre permeia os seres humanos, este se configura em saber se somos livres ou não. O problema da relação sujeito/liberdade não se encerra, e, de tempos em tempos, a história se repete, logo, como solucioná-lo? Diversos são os caminhos apontados, e, para muitos, a arte era e é a possibilidade para resolvê-lo. Pensando na interdependência entre arte e liberdade, é válido destacar alguns nomes importantes na esfera estética acerca deste tema.

Ao falar de arte e liberdade, evoca-se, primeiramente, por uma questão cronológica, a figura de Friedrich Schiller, filósofo e dramaturgo alemão do século XVIII, integrante do movimento *Sturm and Drang*, e um dos grandes nomes do romantismo alemão. Embora Schiller não tenha o destaque que lhe é devido, revolucionou o campo da estética moderna, sendo considerado por muitos o fundamento do pensamento estético contemporâneo. O contexto em que Schiller viveu, onde as leis do utilitarismo, do mercado, da técnica e da ciência eram as dominantes, o fez atentar-se ao que muitos não haviam percebido: a necessidade da arte para a formação do homem cultivado, uma vez que este encontra-se dividido, e a ferida provocada pela modernidade estava aberta. Habermas (2000) aponta Schiller como o primeiro a fazer uma crítica estética da modernidade uma vez que este aponta a arte como o caminho para “resolver a cisão e o dilaceramento humano provocados pela emergência da modernidade capitalista”

(ANTUNES, 2017, p. 64), pois porque as leis morais são governadas pela razão e por ser a liberdade a obediência a lei é que “curva em seu jugo tirânico a humanidade decaída” (SCHILLER, 2002, p. 22). Schiller foi criador de uma doutrina estética revolucionária, na qual a arte é fruto de uma atividade criadora livre, sendo como ele mesmo afirmou “filha da liberdade” (SCHILLER, 2002, p. 21), e, por assim ser, é a possibilidade de liberdade para os seres humanos.

Esse pensamento influenciou, direta e indiretamente, outros filósofos, que também associaram a arte à liberdade. Quase dois séculos depois de Schiller, vê-se que os debates estéticos acerca da liberdade se expandem e muitos compartilham da ideia de que a arte é a possibilidade para a liberdade. Jean-Paul Sartre, filósofo francês do século XX, debruçou-se de modo engenhoso nessa relação. Não que a filosofia sartreana tenha a de Schiller como uma de suas raízes, mas a complexidade e inovação do pensamento schilleriano estendeu-se, mesmo que timidamente, em toda a Europa, e se não há provas que testemunhem seu contato com Schiller, há, no mínimo, indícios, não apenas em seus escritos, mas, sobretudo, nos textos de filósofos que foram fundamentais para a construção de sua filosofia tais quais, Heidegger e Marx. Sartre, portanto, ao tratar constantemente da liberdade, percebe o quanto a arte possui um lugar privilegiado nesse processo de desvendamento de si e do mundo. Com o regime totalitário nazifascista regendo a Europa, o drama existencial tornava-se para o filósofo uma realidade inevitável, embora trouxesse internamente a necessidade de transformação. Essa mudança, na filosofia sartreana, encontrou aporte no objeto estético, pois para ele, a arte se faz necessária uma vez que ela possibilita o exercício da liberdade e a consciência da mesma.

Embora Schiller e Sartre estejam situados em um distinto campo espaço-temporal, a singularidade da experiência estética os aproxima e possibilita pensar o quanto a arte é imprescindível para o alcance da liberdade ou da consciência da mesma. As concepções clássicas de liberdade e natureza humana, afastam-se, em certo sentido, da experiência estética, afinal, arte não é, pura e simplesmente, percepção, mas é a capacidade de compreensão pelos sentidos, o que ratifica o uso do termo grego *aisthesis*, que para Schiller seria a soma das diferentes relações dos seres humanos com o mundo concentradas em um único objeto. Tanto Schiller quanto Sartre foram altamente influenciados pelos contextos social, político e econômico em suas respectivas épocas, e ambos acreditavam que a arte era o caminho para solucionar as mazelas da sociedade. Tanto um quanto outro salvaram o homem por meio da arte, uma vez que está, por gratuidade possibilita a liberdade, não apenas a liberdade particular, mas, sobretudo, a liberdade moral, como está evidente nas palavras de Schiller: “é pela beleza que se vai à liberdade” (2002, p. 22) ou nas de Sartre: “a obra de arte é valor porque é apelo à

liberdade.” (2019, p. 50, Grifo nosso) Logo, a seguinte questão é suscitada: como, Schiller e Sartre, pensaram a experiência estética e qual o caminho percorrido por cada um para defender a ideia de que arte é fruto de uma atividade criadora livre e, por assim ser, é a possibilidade de liberdade dos seres humanos? Diante de tal problemática, buscou-se aqui investigar a noção de experiência estética em Schiller e Sartre como possibilidade de liberdade. Posto isto, trabalhar-se-á, portanto, com as obras *A educação estética do homem* de Schiller, *Que é a literatura?* e *A imaginação*, ambas de Sartre. Estas três serão utilizadas como fontes primárias. As fontes secundárias as quais este trabalho se concentrou foram as dos comentadores Ricardo Barbosa, Franklin Leopoldo e Silva, e Gerd Bornheim, mas, sempre que necessário, recorreu-se a outras obras de Schiller, Sartre, e de outros comentadores. Aqui, o pluralismo metodológico, envolvendo os fenômenos culturais e históricos que circunscreveram a filosofia de Schiller e Sartre, será validado à medida que os problemas de ordem metafísica, epistemológica, ética e estética forem surgindo. É inevitável e factual que este percurso não de desvie do método de inferências a partir de analogias, uma vez que, presente no trabalho de Schiller, há nessa abordagem metodológica, como pensou Domingues, uma preocupação com os elementos históricos, ou seja, “o filósofo se serve da história da filosofia para moldar seu pensamento e para lhe mostrar o nexo entre fenômenos, categorias ou situações que antes, sem referência à história, se considerava sem nexo e estranho uns aos outros.” (DOMINGUES, 2017, p. 89) Também foi necessário recorrer a fenomenologia, método utilizado por Sartre para fazer um estudo acerca da mente humana, o que permite conhecer melhor sua teoria. Para a compreensão da estrutura lógica pertencente ao sistema filosófico de cada autor, recorreu-se ao método estrutural de Martial Guéroult. (GUÉROULT, 2005)

Tendo em vista o objetivo proposto, fez-se necessário traçar pontos de aproximação entre Schiller e Sartre, o que no primeiro momento se caracterizou em expor como eles definiram a natureza humana. Em seguida, investigou-se o conceito de experiência estética para ambos os filósofos, trazendo à tona os conceitos de bela arte e arte não significativa e, a partir disso, apontou-se o caminho proporcionado pela experiência estética encontrado por cada um, isto é, o que faz com que o indivíduo sai da determinação e alcance a determinabilidade, em Schiller, e o que suscita a imaginação, em Sartre. Só assim, será possível compreender como a experiência estética possibilita a liberdade para esses autores. Partindo do pressuposto de que a singularidade da experiência estética possibilita ao sujeito a liberdade, ou, a consciência desta, concluiu-se que, se para Schiller, a bela arte permite o indivíduo passar da determinação à determinabilidade, fazendo com que este encontre-se livre; Sartre, por sua vez, pensa que a arte

não significante suscita a imaginação de tal modo que o exercício da liberdade se amplia fazendo com que o sujeito tenha consciência de sua liberdade.

Natureza humana x Condição humana

Caminhando através do pensamento de Schiller, primeiramente, é preciso frisar a influência kantiana em toda sua obra. Leitor e estudioso de Kant, Schiller encontra em sua metafísica transcendental o suporte para a construção de sua doutrina filosófica, alertando aos demais o erro de Kant: a soberania da razão. Sob a tirania da razão, os seres humanos, como pensou Kant, não alcançariam a liberdade e, por conseguinte, a felicidade. Schiller não se opõe a Kant por conceder aos sentidos a supremacia em relação a razão, mas, fugindo do lugar comum, ele propõe uma harmonia entre razão e sensibilidade, tendo em vista que a natureza humana é mista, ou seja, constituída por dois impulsos distintos, o sensível e o formal. Para melhor compreender a natureza humana, Schiller faz uma análise transcendental da subjetividade humana, por via da abstração, e destaca os dois pólos conceituais limites da ideia de humanidade que são as ideias de estado e pessoa. Pessoa é aquilo que não muda, enquanto que o estado é, portanto, marcado pela mutabilidade. Essa investigação, serve para compreender como os seres humanos são constituídos (a ideia), para depois aplicar esses conceitos ao homem real a fim de identificar como se manifestam no mundo material.

O ser humano real, embora finito, comporta pessoa e estado, isto é, impulso sensível e formal, contudo, a pessoa (que permanece) não pode ser determinada por algo que muda (o estado) e vice-versa. Sendo assim, a pessoa não se sobrepõe ao estado, nem o estado a pessoa, pois o objeto do impulso sensível difere ao do formal. Posto isto, o ser humano não pode ser definido pelo que pensa, quer e/ou sente porque os seus pensamentos, desejos, sensações mudam. Também ele não pensa, quer, e/ou sente porque é, afinal, o que o sujeito é, não pode mudar, é imutável. Schiller conclui, então, que “nós somos porque somos” (2002, p. 60). E se o tempo fundamenta o estado, tendo em vista sua mutabilidade, ele não pode ser o fundamento da pessoa, uma vez que “a pessoa, tem de ser seu próprio fundamento, já que o permanente não pode provir da modificação.” (SCHILLER, 2002, p. 60) O fato de a pessoa ser seu próprio fundamento implica a ideia de liberdade, isto é, a possibilidade de fugir da determinação que será abordada nos próximos capítulos.

Em *O que significa e com que fim se estuda a história universal?* Schiller já havia alertado sobre o que ele pensava acerca da ideia de humanidade, pois para ele o homem, devido

a sua natureza mista, tem uma tendência a formar-se humano, ou seja, a buscar a harmonia das coisas. Ele, portanto, “retira essa harmonia de si e a transplanta na natureza das coisas.” (SCHILLER, 2019, p. 238) O ser humano, apesar de possuir uma natureza mista, ela não é antagônica, e ambos os impulsos podem e devem coexistir em harmonia, sem que um invada o que é do outro, tendo em vista que isso é impossível porque são distintos. Dessa forma, ele possui, então, uma inclinação ao equilíbrio, a harmonia, que lhe foi roubada pelo espírito especulativo e espírito de negócio característicos do homem moderno. A liberdade, portanto, é a condição ideal do ser humano, é o que ele tende a ser, é o estado de equilíbrio, de harmonia, no qual os impulsos não estão submetidos um ao outro, mas em que eles se desenvolvem de tal modo que se anulam. Eles, assim, se esforçam em direção a objetos opostos. Nesse exercício no qual a experiência e atividade do pensamento se ampliam ao máximo, há uma reciprocidade entre os impulsos e, por serem simultâneos, um duplo constrangimento, ou seja, há uma supressão recíproca dos impulsos. Nessa supressão, o sujeito vivencia a liberdade.

O impulso sensível desperta com a experiência da vida (pelo começar do indivíduo/estado) e o racional com a experiência da lei (pelo começar da personalidade/pessoa), e somente agora, após os dois terem-se tornado existentes, está erigida a sua humanidade. (...) Pois tão logo os dois impulsos fundamentais e opostos ajam nele, perdem ambos seu constrangimento, a oposição de suas necessidades dá origem à *liberdade*. (SCHILLER, 2002, p. 99)

Saltando para o século XX, ver-se-á como a liberdade se caracteriza de modo distinto no pensamento do francês Jean-Paul Sartre. Sabe-se que para ele, “a existência precede a essência” (SARTRE, 1987, p. 9), logo, diferentemente do que postulou Schiller, não existe uma natureza humana, mas a condição humana exige a liberdade. Para Sartre, o ser humano é o que desejar ser e, em sendo assim, a liberdade é originária e absoluta. A base para tal afirmação foi desenvolvida a partir de seus estudos sobre a consciência. Influenciado pelas ideias de Edmund Husserl, em *A transcendência do ego* (1936), Sartre faz uma abordagem não egológica acerca da individualidade da consciência por meio do método fenomenológico. Ele negava a ideia de que a consciência era habitada por um ego interior e anterior. O ego não está nem de modo formal nem material, mas fora, no mundo, sendo, desta forma, um ser no mundo e não um habitante da consciência, tampouco o centro unificador das representações. Nesse movimento, Sartre explica através da ideia de intencionalidade. Afinal, esta se configura no fluxo da consciência, na qual ela volta-se para o objeto e continuamente para si mesma numa atividade contínua. Logo, a unidade da consciência é encontrada nos objetos, não no ego.

Sartre identifica o paralogismo husserliano, de base neokantiana, no que diz respeito à estrutura da consciência, pois para ele a existência de um ego na consciência é uma questão

desnecessária à compreensão da natureza humana. O ego como um ser que reside na consciência e unifica as representações não é necessário pois tendo em vista que “toda consciência é consciência de alguma coisa”, a persistência do mundo faz com que a consciência se relacione com ele e consigo mesma, apenas nesse movimento é que o ego surge. O aparecimento do eu é fruto de um ato de reflexão e, desse modo, o ego não é considerado o núcleo do sujeito transcendental, mas um objeto transcendente. A consciência, portanto, não precisa de um eu unificador. Ela é pura espontaneidade. Não possui conteúdo, sua relação com o mundo é intencional e vazia, ou seja, a consciência é o nada.

O homem é lançado no mundo, sem essência, e a única coisa que ele possui é o nada, isto é, a liberdade de escolher o que deseja ser. Logo, o nada está na consciência, e ela só passa a existir quando em relação a algo, “a consciência não precede jamais o objeto” (SARTRE, 1996, p. 25). Os seres humanos é que dizem o que as coisas são. O que existe, de fato, é uma essência que é construída num processo de conhecimento de si e do outros, nunca podendo ser plenamente finalizada. Portanto, a consciência, sendo nadificação, ela é livre. Ela é quem possibilita o homem dá sentido às coisas, quem faz com que o mundo tenha uma significação. “A liberdade é precisamente o nada que *é tendo sido* no âmago do homem e obriga a realidade-humana a *fazer-se* em vez de *ser*. [...] Para a realidade-humana, ser é *escolher-se*: nada lhe vem de fora, ou tampouco de dentro, que ela possa *receber* ou *aceitar*.” (SARTRE, 2015, p. 545). Diante disso, o homem é livre, fatalmente livre.

A liberdade não é uma faculdade da alma apta a ser encarada e descrita isoladamente. [...] Assim, condição exigida para nadificação do nada, a liberdade não é uma propriedade que pertença entre outras coisas à essência do ser humano. [...] A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do ser da “realidade humana”. O homem não é primeiro para ser livre depois: não há diferença entre o ser do homem e seu “ser-livre”. (SARTRE, 2015, p. 68)

Conclui-se que, a natureza humana, para Schiller, tende a liberdade, e esta é, em primeiro plano, ideal, enquanto que para Sartre é real. Entretanto, por mais que seja ideal, ela é potência, é possibilidade; a liberdade é uma predisposição pois é possível alcançá-la quando há uma mútua coerção dos impulsos sensível e formal, gerando o impulso lúdico. Por outro lado, mesmo ela sendo real, como pensa Sartre, uma vez que a única coisa que o sujeito não pode escolher é não ser livre, ela é limitada pelas situações. A liberdade, sempre situada, precisa desprender-se dessas determinações para atingir sua máxima potência. Para Schiller, a natureza humana está para a liberdade; para Sartre, a condição humana, é liberdade. Em ambos os casos,

recorreu-se a experiência estética como o caminho para o equilíbrio dos impulsos e amplitude da atividade da consciência, ou melhor, para a possibilidade da liberdade

A experiência estética

A experiência estética, neste trabalho, está relacionada a alguns conceitos que serão discutidos a seguir, para depois expor sua relação com a liberdade. Tais conceitos envolvem as ideias de bela arte para Schiller e Arte não-significante para Sartre. Partindo do pressuposto de que a arte é o caminho para a possibilidade de liberdade, pretende-se expor o porquê, isto é, explicar as razões que a fazem necessária nesse processo. Como já foi dito anteriormente, para ambos os filósofos o homem deseja ser livre, ou porque de fato, já é, ou porque é o que tende a ser. Nessa busca, faz-se necessário algo que o ajude, que o possibilite alcançá-la, que é a obra arte. Mas porque o objeto estético? Tratar-se-á, a partir de agora, de seus atributos.

A bela arte e a arte não-significante

Antes de falar da obra de arte, falar-se-á da beleza. Schiller, sob influência de Kant, torna-se seu admirador, mas não obscurecido, pois ele identifica na crítica do juízo estético uma falta de acabamento pois “a estética kantiana parece ter permanecido uma mera “propedêutica” – à medida que “preparou os fundamentos” – à teoria da arte.” (SCHILLER, 2002, p. 8) Schiller propõe-se a completar esse sistema, isto é, pretende encontrar o fundamento objetivo para o belo. (SCHILLER, 2002, p. 9) Ao tratar da beleza no âmbito da razão prática, Schiller afirma que o belo é, portanto, um imperativo, e não um conceito de experiência. O filósofo alemão, então, retoma a ideia de humanidade para falar dos fundamentos da beleza. Como foi dito, sabe-se que os seres humanos possuem uma natureza mista, não antagônica. Também é sabido que o homem tende a tornar-se humano, mas isso só é possível quando suas potencialidades são desenvolvidas, isto é, quando há uma distensão de suas faculdades, sensível e formal, chegando-se a um estado de equilíbrio. Entretanto, por serem distintas e uma não poder ocupar-se do objeto da outra, tem-se um abismo entre elas, uma distância infinita impossível de ser preenchida. O que acontece é que a beleza, para Schiller, também representa equilíbrio; é o estado intermediário entre forma e conteúdo. Eis aqui a contradição do belo, pois como este pode preencher um espaço que é infinito?

Desenvolvendo com maior precisão o conceito schilleriano de beleza, tem-se de um lado o impulso sensível e de outro o impulso formal. Sabe-se que seus objetos são diferentes. O sensível tem como motivo a vida, refere-se a toda matéria presente nos sentidos. O formal, a forma, tudo aquilo que provoca o pensamento. Ao dar preferência àquele tem-se o indivíduo selvagem, a este, o bárbaro. Para evitar esses “dois extremos da decadência humana” (SCHILLER, 2002, p. 31) é preciso que haja um impulso que seja o resultado da coerção recíproca entre os impulsos sensível e formal. Este impulso Schiller chama de lúdico. Logo, se este é resultado da harmonia entre sensível e formal, qual seria seu objeto? A forma viva. Essa forma viva refere-se a todas as qualidades estéticas dos fenômenos, tudo o que nos toca, ou melhor, tudo que é belo. E este não preenche o abismo entre forma e conteúdo, mas o destrói ao instigar os dois impulsos simultaneamente e na mesma proporção. O belo, portanto, provoca a supressão recíproca dos impulsos sensível e formal, gera um terceiro impulso, o lúdico, e possibilita a harmonia da natureza humana.

O objeto do impulso sensível, expresso num conceito geral, chama-se *vida* em seu significado mais amplo; um conceito que significa todo o ser material e toda a presença imediata nos sentidos. O objeto do impulso formal, expresso num conceito geral, é a *forma*, tanto em significado próprio como figurado; um conceito que compreende todas as disposições formais dos objetos e todas as suas relações com as faculdades de pensamento. O objeto do impulso lúdico, representado num esquema geral, poderá ser chamado de *forma viva*, um conceito que serve para designar todas as qualidades estéticas dos fenômenos, tudo o que em resumo entendemos no sentido mais amplo por *beleza*. (SCHILLER, 2002, p. 77)

Diante disso, sabe-se que nem todo objeto é uma forma viva, pois nem tudo toca os seres humanos. Só pode ser considerado belo aquilo cuja a forma é viva, e cuja vida é forma, um objeto na qual sua forma toque a sensibilidade e sua vida provoque o pensamento. Logo, assim como o formar-se humano implica a harmonia da natureza humana, o nascimento da beleza requer o equilíbrio entre lei e necessidade. A razão, ao fazer a exigência do estado lúdico, “deve haver uma humanidade” (SCHILLER, 2002, p. 78), exige também a beleza, pois a beleza é a condição de possibilidade da humanidade, afinal, ela é “objeto comum de ambos os impulsos, ou seja, do impulso lúdico.” (SCHILLER, 2002, p. 79) Em sendo assim, uma obra de arte bela é aquela que vai desenvolver nos seres humanos suas potencialidades, isto é, suas capacidades de conhecer e sentir, não havendo limites e determinações, mas sempre possibilidades, pois a obra de arte bela não representa nada, não diz nada, mas “é livre aparência (*Schein*), que não está condicionada por nenhuma realidade nem pretende alcançar verdade alguma.” (CECCHINATO, 2015, p. 163)

Sartre, por sua vez, ao falar sobre a obra de arte, faz uma distinção entre as manifestações artísticas. Não que sejam necessariamente contraditórias, mas elas diferem quanto à forma e matéria. Embora ambas sejam fruto da imaginação, não atuam com os mesmos objetos. Logo, evidencia-se em *Que é a literatura?* dois tipos de arte: significante, aquela que trabalha com signos, e a não-significante, por não se ocupar dos signos, mas da matéria, da coisa, do sentido. Deter-se-á este trabalho com a obra de arte-não significante devido a sua relação com a beleza, pois, para Sartre, a arte não significante tem um compromisso com o belo. Para compreender o que Sartre define como arte, é fundamental considerar o papel da consciência imaginante na construção da imagem. Diante da intencionalidade da consciência, o filósofo percebe que a imagem é uma forma de consciência materialmente distinta do objeto. Ao romper com tradição filosófica, Sartre passa a identificar a imagem não como um objeto da percepção, mas sim da imaginação. A obra de arte é, portanto, uma imagem, um irreal, e sua apreensão não se limita ao mundo real e aos sentidos, mas envolve o entendimento.

Ao pensar no belo, Sartre também o concebe como um irreal, isto é, como fruto da consciência imaginante. Não se trata de um objeto, de um conceito, ou de uma essência, mas sim de ausência. Essa falta, representada pelo nada, que faz com que os seres humanos sejam contingentes, também faz com que os mesmos busquem o absoluto, o necessário, harmônico, o belo. Logo, a beleza não se dá isoladamente, mas ela surge através de um movimento da consciência em busca da totalidade. Para Sartre, a “beleza é uma unificação totalizadora, porém, o espectro dessa totalidade não é realizado” (SARTRE, 1981, p. 16), pois é impossível que um dia, o homem se encerre em uma essência única e imutável. E por assim ser, é que a beleza pode ser encontrada na arte, ao menos pode ser vivenciada, sobretudo na arte não-significante, uma vez que esta possibilita o surgimento da beleza e satisfaz o indivíduo diante da angústia de sua condição. Como afirma o filósofo francês: “Um dos principais motivos da criação estética é certamente a necessidade de nos sentirmos essenciais em relação ao mundo.” (SARTRE, 2019, p. 42) A arte não-significante, logo, tem um compromisso com o belo, uma vez que, se o sujeito tenta suprir sua paixão, ou melhor, buscar o absoluto, ele o faz por meio da arte.

Além de ser beleza – e, por isso mesmo, fazer parte do imaginário, a arte é, para o autor, uma maneira de o homem tentar fugir da contingência, da liberdade. O homem é uma paixão inútil, é uma busca incessante de tornar-se em-si-para-si, e tem a ilusão de realizar esse desejo através da produção artística. (OLIVEIRA, 2008, p. 18 – 19)

A obra de arte, por ser bela, provoca o prazer estético. Esse prazer, diferente dos prazeres suscitados por um objeto real dado à consciência perceptiva, é singular, pois é proporcionado pelo conjunto da obra, pelo belo que só existe na consciência imaginante. A obra, sendo sempre

uma cópia da imagem mental do artista, tendo em vista que o que está sendo representado não existe em parte alguma, afinal ela é um objeto imaginário, possui em sua composição elementos que unidos são ditos belos, mesmo que não digam nada, ou melhor, justamente por não dizerem nada. O que torna uma obra bela é o fato de ela ser livre de “associações corriqueiras” (OLIVEIRA, 2008, p. 80), e o seu conjunto estar de tal modo harmonizado ao ponto de não poder ser apreendido de modo isolado e por despertar a consciência dos seres humanos. As formas, as cores, as texturas tornam-se uma coisa só, o objeto estético, a matéria, a coisa em si. Esse comprometimento com belo, isto é, o modo de provocar os indivíduos que arte não-significante tem, implica a falta de outras pretensões, ela não quer dizer nada tampouco revelar algo, “a intuição é silêncio” (SARTRE, 2019, p. 27), a fruição é criação, é uma criação infinita, pois, há inúmeras possibilidades de apreender o objeto estético, de ser tocado, e é impossível prevê-las ou determiná-las.

Portanto, é notável que, tanto para Schiller quanto para Sartre, o objeto estético, seja a bela arte ou a arte não-significante, provoca nos seres humanos o que outros objetos não poderiam suscitar, colocando-os em um estado no qual eles podem enxergar novas possibilidades, infinitas por assim dizer, fazendo-os caminhar em direção ao ilimitado. Logo, o ser humano, esse sujeito em constante devir, em potencial, desvela a si e ao mundo, cria e recria, torna-se/é livre.

A liberdade: determinabilidade e imaginação suscitadas pela experiência estética

Como já foi exposto, a experiência estética coloca os seres humanos em um estado próprio do objeto estético. Esse caminho, possibilitado pela arte, e especificando mais uma vez, pela bela arte e pela arte não-significante, é traçado de diversas maneiras. Para Schiller, a rota implica a passagem pelo estado de determinabilidade, para Sartre, pela imaginação. Se ambas possuem o mesmo ponto de partida, a experiência estética, possuem também o mesmo ponto de chegada, a liberdade.

O belo, como Schiller o concebe metafisicamente, é nascido da ação recíproca dos impulsos sensível e formal. Mas a beleza, na experiência, pode ser caracterizada de acordo com seus efeitos no homem real, pois ela pode manter os limites dos impulsos ou assegurar a força dos mesmos. Ao deter-se ao último, tratar-se-á da beleza suavizante e de sua relação com o homem tenso. Retomando a ideia de que os seres humanos possuem uma natureza mista, percebe-se que no homem real isso se manifesta pela tensão (excesso de energia) e distensão

(falta de energia). Quando em estado de tensão, o sujeito encontra-se sob a coerção de um dos impulsos, o que o tornará bárbaro ou selvagem. Para sair desse estado e formar-se humano, é preciso um terceiro impulso, o lúdico, que conduzirá o sujeito ao estado estético.

Contudo, o sujeito, ao nascer, passa a ser determinado pelas coisas do mundo, seu espírito passa a ganhar conteúdo, pois a condição do mundo real é a determinação, a finitude do espaço e do tempo. Porém, a alma humana, não é apenas determinação, ela tem a capacidade de fugir desse estado, de encontrar-se em estado de determinabilidade, uma vez que este é o espaço anterior a determinação no qual Schiller denominou de infinitude vazia. Se o ser humano possui essa capacidade, ele pode ser tudo, pois não está determinado implica múltiplas possibilidades de ser, sobretudo, o possibilita ser o que tende a ser. Essa infinitude vazia muito se assemelha ao nada da consciência sartreana. Ao se relacionar com as coisas os seres humanos nadificam, isto é, negam o real e, dessa forma, estabelecem novas relações com o mundo. Ao se relacionar com os objetos, isto é, ao se ter consciência deles, os seres humanos, por serem livres, têm a capacidade de imaginar, de criar algo que não existe. A consciência imaginante é o exercício da liberdade e, mesmo que esta seja situada historicamente, ela não impede o sujeito de criar imagens. A consciência imaginante é, portanto, a capacidade infinita de criar imagens.

Tendo em vista que o estado de determinabilidade consiste na capacidade humana de não ser determinado, é o que antecede a determinação, é onde reside todas e quaisquer possibilidades, percebe-se que o sujeito não está sob a coerção de ambos os impulsos, ao contrário, se não sofre determinação sensível nem racional, só pode estar em um estado intermediário, que é o estado estético, e se este estado é resultado do impulso lúdico, conclui-se que ele surge da experiência estética, pois o belo é seu objeto. Sendo assim, é neste estado que o sujeito vivencia a liberdade. Ora, se para Kant, o belo era desinteressado e sem conceito, para Schiller ele é o imperativo categórico.

Curioso que Sartre também vai elevar a arte ao nível do imperativo categórico. Tendo em vista que o imaginário é o irreal, tudo criado por ele não possui uma existência real. Desse modo, o ato de imaginar é “a capacidade que tem a consciência de nadificar o real, de desligar-se da plenitude do dado e de romper com o mundo” (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 101). Para Sartre, acontece dessa maneira na criação artística. A arte é obra do imaginário, uma vez que, sendo a imaginação um ato mágico, faz surgir o objeto que se deseja, uma imagem que é irreal, o objeto imaginário, a obra de arte. Ela é criada através do exercício da liberdade, pois a imaginação é liberdade em seu mais alto grau. (SARTRE, 1996, p. 243 – 244) A arte, não existindo, se manifesta através de seus objetos, cores, sons, traços, formas, movimentos, palavras e etc. Ela possui um tempo e um espaço que não fazem parte do real, embora o real

seja seu fundamento. Sendo a arte construção do imaginário, o homem é livre para criar o que desejar.

A arte bela, então, é, para Schiller, o caminho para restabelecer a unidade da natureza humana, pois ela conduzirá o sujeito ao estado estético e o fará passar da determinação à determinabilidade, e nesse movimento, ele joga livremente, e isso só é possível porque uma arte bela não direciona a mente humana, mas a liberta, “pois nada é tão oposto ao conceito de beleza quanto dar à mente uma determinada tendência”.(SCHILLER, 2002, p. 112) Schiller denomina essa qualidade da bela arte de pureza estética, uma vez que tendo um modo de aparecer que lhe é próprio, a bela arte toca os indivíduos em todas as suas faculdades, pois ela é despretensiosa, e essa falta de pretensão é o que dá autonomia ao sujeito. Logo, se no estado estético é possível libertar-se das paixões, é possível um pensamento autônomo.

A arte não-significante, por sua vez, permite que o sujeito exerça sua liberdade diante das situações que cercam a vida dos seres humanos. Esse exercício da liberdade, primeiramente do artista, ao criar, e em seguida, reciprocamente, o do espectador, pois ele ao fruir também cria, se amplia, pois, a matéria sendo objeto e não signo, ela não revela nada. Logo, “o pintor é mudo: ele nos apresenta um casebre, só isso; você pode ver nele o que quiser.” (SARTRE, 2019, p. 18) A composição artística é um microcosmo cujos elementos estão associados de modo mágico, por isso belo, e essa composição só é real na mente de quem a cria. “E quando o poeta junta vários desses microcosmos, dá-se com ele o mesmo que se dá com os pintores quando juntam cores sobre a tela; dir-se-ia que ele compõe uma frase, mas é só aparência, ele cria um objeto.” (SARTRE, 2019, p. 23) Dessa forma, ao fruir, o sujeito imagina, e cria o que desejar, esse ato implica o exercício da liberdade, sempre situada, mas não determinada.

Conclui-se que a arte não significativa, no pensamento sartreano, é um objeto que tem vida própria, é uma substância, “as notas, as cores, as formas não são signos, não remetem a nada que lhe seja exterior.” (SARTRE, 2019, p. 16) Em sendo assim, a liberdade alcança sua máxima potência, pois o espectador e o próprio artista podem pensar o que quiserem, não há regras. Ao despertar a imaginação, desperta-se a liberdade que lhe é intrínseca, uma vez que ser livre é imaginar, é criar imagens, é pensar em novas formas de ser e estar no mundo. É justamente isso que vai aproximá-lo de Schiller, pois a bela arte é a condição de possibilidade para o pensamento autônomo. Ao desenvolver as potencialidades dos seres humanos, a arte os conduz a um estado de determinabilidade, onde nada pode ser determinado, onde o sujeito não nega a sua natureza, mas a reconhece e a cultiva. Isso é ser livre, é não estar determinado, é a harmonia entre sensível e forma, entre lei e necessidade, entre dever e inclinação.

Considerações finais

Tendo em vista o assunto abordado neste trabalho, pode-se concluir que a dimensão estética permite reflexões acerca da arte, do belo e do gosto que estão inteiramente conectadas com os seres humanos seja por suas faculdades perceptivas e/ou intelectuais. A experiência estética, portanto, está vinculada a diversos conceitos que envolvem a condição humana no plano físico e metafísico, a exemplo da liberdade. Ao tratar da relação entre arte e liberdade, destacou-se dois nomes importantes na história da filosofia a saber: Friedrich Schiller e Jean-Paul Sartre, pois eles viam na arte o caminho para a possibilidade da liberdade individual e coletiva.

Partindo desse pressuposto, foi possível identificar que Schiller, ao falar da obra de arte bela, percebe que ela é capaz de fechar a ferida aberta pela modernidade no homem, pois assim como para tornar-se humano implica a harmonia da natureza humana, na qual seus impulsos sensível e formal precisam se dilatarem ocasionando uma mútua coerção, a beleza implica um estado de equilíbrio entre lei e necessidade que ao agir sobre os seres humanos toca todas as suas faculdades, os coloca em estado de determinabilidade e os conduz a liberdade, pois a arte é puramente fruto de uma atividade criadora livre, e essa pureza estética consiste não apenas no ato criador, mas na não pretensão de dizer algo, em não determinar a mente dos indivíduos. Ao seguir essa lógica, na qual a arte possibilita a liberdade, Sartre, por sua vez, diz que é a arte não-significante que conduz o sujeito a consciência de sua liberdade, pois tanto ao criá-la quanto a fruí-la, o indivíduo ativa sua imaginação, e essa imagem, suscitada pela obra de arte, devido a sua beleza, ambas irreais, possibilita o exercício da liberdade, isto é, faz com que o sujeito percebe sua condição no mundo, liberdade e contingência, e mais, faz com que ele pense em novas formas de estar no mundo, pois se ele é livre não há nada *a priori* que o determine. Logo, pensar a experiência estética na perspectiva destes autores, é pensar que não há um fim específico para o curso do mundo, mas sim que há infinitas possibilidades e que estas devem sempre levar em consideração a natureza e condição humana diante dos fenômenos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, J. “Schiller e a educação estética e revolucionária do homem”. In: *Revista Dialectus*. n 10. Fortaleza, 2017. p. 61 – 77.
- BARBOSA, R. *Schiller e a cultura estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- BORNHEIM, G. *Sartre*. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BORNHEIM, G. *O sentido e a máscara*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Debates, 8).
- CECCHINATO, G. O impulso lúdico e o espaço político em F. Schiller. In: *Ipseitas*. v1. n1. São Carlos, 2015. p. 159 - 165.
- DOMINGUES, I. *O continente e a ilha: duas vias da filosofia contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017. (Coleção leituras filosóficas)
- FOFANO, D. K. *Beleza e liberdade em Schiller: o jogo das formas vivas*. Fortaleza/CE. p. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. 2011.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOSTE, V. X. *A estética do irreal: considerações sobre a arte em Jean-Paul Sartre*. Vitória. 145 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2017.
- JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LÖWITH, K. *O Sentido da História*. Tradução Maria G. Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991.
- GUÉROULT, M. “Método em História da filosofia. Tradução Leandro Sardeiro”. In: *Revista Philosophica*. n 6. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005. p. 129 – 144.
- OLIVEIRA, R. L. *A fenomenologia do objeto estético segundo Jean-Paul Sartre*. Ouro Preto. 138 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Filosofia, Artes e Cultura. 2008.
- SARTRE, J. “Penser L’art”. In: *Revue Obliques*, n 24/25, Sartre et les arts, 1981.
- SARTRE, J. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção “Os Pensadores”).
- SARTRE, J. *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*. Tradução Duda Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- SARTRE, J. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução Paulo Perdigão. 24ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SARTRE, J. *Que é a literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. Petrópolis: Vozes, 2019. (Vozes de bolso)

SCHILLER, F. *A educação estética do homem: numa série de cartas*. Tradução Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 4 ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SCHILLER, F. “O que significa e com que fim se estuda a história universal?” Tradução Felipe Vale da Silva. In: *Trans/Form/Ação*. v. 42, n. 3, Jul./Set., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/6456>> Acesso em: 31 mar. 2021.